

**PET no RECURSO ESPECIAL Nº 1.591.132 - DF (2015/0121595-7)**

**RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI**  
**REQUERENTE : CLAUDIO DIAS DE ABREU**  
**ADVOGADOS : FABRÍCIO CORREIA DE AQUINO - DF018486**  
**AUGUSTO GOMES PEREIRA E OUTRO(S) - DF031291**  
**REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E**  
**TERRITÓRIOS**  
**INTERES. : DAGMAR ALVES DUARTE**  
**ADVOGADO : ALESSANDRO MARTINS MENEZES E OUTRO(S) - DF029359**  
**INTERES. : HERALDO PUCCINI NETO**  
**ADVOGADOS : CARMEN MANSANO DA COSTA BARROS FILHA E**  
**OUTRO(S) - RJ041099**  
**MARIA ELIZABETH QUEIJO - SP114166**  
**EDUARDO MEDALJON ZYNGER - SP157274**  
**INTERES. : GLEYB FERREIRA DA CRUZ**  
**ADVOGADO : JOSÉ PEDRO DE CASTRO BARRETO - DF016774**  
**INTERES. : CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS**  
**ADVOGADOS : ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES - DF001465A**  
**CLEBER LOPES DE OLIVEIRA - DF015068**  
**DIOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA BRANDAO - DF027187**  
**RAINER SERRANO ROSA BARBOZA E OUTRO(S) - DF041317**

**DECISÃO**

Tendo em vista a petição de CLAUDIO DIAS DE ABREU, mediante a qual requer a extensão do benefício da prescrição da pretensão punitiva concedido ao réu Heraldo Puccini Neto (e-STJ fls. 6316-6319).

Sustenta o recorrente que foi condenado, em primeiro grau, pela prática do crime tipificado no art. 288, *caput*, do Código Penal, à pena de 1 (um) anos e 6 (seis) meses de reclusão e, como incurso no art. 332, *caput*, do Código Penal, à pena de 2 (dois) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa. Aplicada a regra do concurso material, a reprimenda total imposta foi de 3 (três) anos e 6 (seis) meses de reclusão, em regime inicial aberto, além do pagamento de 10 (dez) dias-multa. A sentença foi publicada em 20/11/2012.

Inconformados, acusação e defesa apelaram, tendo sido negado provimento ao recurso do órgão ministerial e parcialmente provida a irresignação manejada pelo ora requerente para reduzir a pena-base do delito de quadrilha para 1 (um) ano e 3 (três) meses de reclusão. O acórdão transitou em julgado para a acusação em 25/7/2014.

A defesa, então, interpôs recurso especial, o qual foi inadmitido e ascendeu a esta Corte após o provimento por decisão deste Relator.

Suscita a incidência da prescrição da pretensão punitiva, pois transcorridos mais de 4 (quatro) anos, contados da publicação da sentença condenatória, nos termos do art. 109, V, do CP.

Requer, ao fim, a extinção da punibilidade pela incidência da prescrição da pretensão punitiva.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo reconhecimento da extinção da punibilidade ante a ocorrência da prescrição da pretensão

punitiva.

É o relatório.

Decido.

O requerimento merece prosperar.

Com efeito, na espécie, o recorrente foi condenado às penas de 1 (um) ano e 3 (três) meses de reclusão, como incurso no art. 288, *caput*, do CP, e de 2 (dois) anos de reclusão, em regime aberto, e 10 (dez) dias-multa, pela prática do crime previsto no art. 332, *caput*, do CP.

Delineado esse quadro fático, conclui-se que o prazo prescricional aplicável ao caso concreto é de 4 (quatro) anos, a teor do inciso V do art. 109 do CP.

Entre a sentença condenatória, publicada em 21/11/2012, e a presente data transcorreram mais de 4 (quatro) anos, não tendo se materializado, nesse interregno, qualquer marco interruptivo do prazo prescricional.

Ainda que assim não fosse, entre o acórdão recorrido, transitado em julgado para a acusação em 25/7/2014, e os dias de hoje também transcorreram mais de 4 (quatro) anos, sem ter ficado caracterizada outra causa interruptiva da prescrição.

Sob esse prisma, impõe-se declarar extinta a punibilidade dos fatos delitivos apurados nestes autos, por força da prescrição penal, conforme determina o art. 107, IV, do CP.

Ante o exposto, declaro a extinção da punibilidade dos fatos delitivos de formação de quadrilha e tráfico de influência pela ocorrência da prescrição da pretensão punitiva nos termos dos arts. 107, IV, 109, V, e 110, §1º, todos do CP.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2020.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator